

**HABEAS CORPUS Nº 487.884 - ES (2019/0000474-4)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : RODRIGO BARBOSA RODRIGUES E OUTRO**  
**ADVOGADOS : ANDERSON DE SOUZA ABREU - ES009157**  
**RODRIGO BARBOSA RODRIGUES - ES013556**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PACIENTE : WAGNER DE OLIVEIRA TEIXEIRA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WAGNER DE OLIVEIRA TEIXEIRA contra decisão de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo que, ante o disposto no Ato Normativo n. 249/2018, deixou de apreciar o writ e determinou a sua distribuição.

Asseverou o Desembargador plantonista que (e-STJ fl. 30):

*Dessa forma, considerando a fata da prolação da decisão, vislumbra-se que o impetrante poderia ter se socorrido do Poder Judiciário antes do início do recesso, já que a medida poderia ter sido requerida antes do início de tal prazo.*

*É importante mencionar, novamente, que o impetrante não cuidou de colacionar documentos hábeis a demonstrar quando fora efetivada a prisão preventiva do paciente, o que demonstra a necessidade de utilizarmos, como parâmetro para aferição da possibilidade de apreciação do habeas corpus, a data em que proferida a decisão que decretou a custódia, bem como se, de fato, essa suposta prisão que afirma ter ocorrido deu-se em razão dos fatos narrados deste writ.*

*Ademais, apenas para efeito de argumentação, ainda que ultrapassado esse óbice processual – o que repito, não é o caso – a meu sentir, ao menos em sede embrionária deste instrumento, não vislumbro a plausibilidade das alegações deduzidas, já que, aparentemente, a decisão objurgada, ao contrário do que sustentado pelo impetrante, estaria calcada no descumprimento da medida protetiva que determinou ao paciente o seu afastamento da vítima, quando ela em nova audiência realizada no dia 22/11/2018, categoricamente, afirma que 'o requerido tem a importunado, ela deseja manter a representação contra o requerido, mais necessita de medidas protetivas, sente medo do requerido [...].*

O paciente teve a prisão preventiva decretada em 22/11/2018 em razão do descumprimento da decisão judicial que havia fixado medidas protetivas com amparo na Lei n. 11.340/2006.

Requerem os impetrantes, inclusive liminarmente, a expedição do

alvará de soltura e a apreciação dos fundamentos do *habeas corpus* pela autoridade coatora.

Liminar indeferida às e-STJ 58/59.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela extinção do *writ*, sem resolução do mérito, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 106):

*HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PRISÃO PREVENTIVA. DESOBEDIÊNCIA MEDIDAS PROTETIVAS. POSTERIOR CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA, MEDIANTE APLICAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI 11.340/2006. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. IMPETRAÇÃO PREJUDICADA. PARECER PELA EXTINÇÃO DO WRIT SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.*

É o relatório.

Em consulta a página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo realizada em 8/2/2019, e observado o parecer ministerial de e-STJ fls. 106/108, verifica-se que o paciente, na data de 24/1/2019, foi beneficiado com a revogação de sua custódia preventiva e a expedição de alvará de soltura.

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de decisão judicial concedendo ao ora paciente o benefício da liberdade, o presente *habeas corpus* perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator